



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

ESCRavidÃO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A PEDAGOGIA DO MEDO DE MAESTRI (2005) E A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE FREIRE (1987)

Micheline Medeiros dos Santos Sant'Anna

Beatriz Rosália Xavier Flandoli

PPGE-UFMS-CPAN

RESUMO: A escravidão no Brasil teve início no século XVI e foi definida como um acontecimento histórico bárbaro que resultou no massacre dos negros africanos (GOMES, 2007; MAESTRI, 2004; DEL PRIORI e VENÂNCIO, 2010). Considerada um negócio rentável, a escravidão movimentou milhares de pessoas com o tráfico de africanos sob péssimas condições humanas nos chamados navios negreiros, que tinham o seu início de trajeto na costa africana e o seu destino final no Brasil. Durante a escravidão, vários estudos apontavam sobre o uso contínuo da violência física para com os escravizados, como forma de “educá-los” para as atividades que deveriam executar. Sendo assim, este estudo busca verificar se há alguma relação no estudo realizado pelo Maestri (2004) sobre a escravidão no Brasil, no texto intitulado como *A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira*; com o livro *Pedagogia do oprimido* do teórico Freire (2005), especificamente nos três primeiros capítulos. A ideia é tentar identificar e compreender o porquê o autor utilizou o termo *Pedagogia do Medo* para expressar o comportamento dos escravizados. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que serão analisados alguns artigos científicos e livros referentes à temática; e ainda se configura como uma pesquisa qualitativa. Podemos concluir que foi pertinente o autor denominar o período da escravidão como Pedagogia do medo, uma vez que possui uma relação direta com a forma de opressão a que os cativos eram subordinados nas instruções das atividades. Sendo assim, existe uma relação com as concepções trazidas no livro *Pedagogia do oprimido*, uma vez que é notório observar isso nas ações dos feitores, além das punições perversas e cruéis, e que não há nenhum diálogo e nem participação do cativo no processo, e sim uma opressão constante sobre todas as suas ações.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão no Brasil; Pedagogia do medo; Pedagogia da escravidão; Pedagogia do oprimido.

São os filhos do deserto,
Onde a terra esposa a luz.
Onde vive em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'interfases da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Que com os tigres mosqueados
Combatem a solidão.
Ontem simples, fortes, bravos,
Hoje míseros escravos
Sem luz, sem ar, sem razão.
(Castro Alves – Navio Negroiro)

INTRODUÇÃO

O estudo tem como objetivo verificar se há alguma relação no estudo realizado pelo Maestri (2004) sobre a escravidão no Brasil, no texto intitulado *A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira*, que relata as formas como os escravos eram “educados” para as funções que deveriam executar; com o livro *Pedagogia do oprimido* do teórico Freire (2005), mais especificamente nos três primeiros capítulos.

A ideia é tentar identificar e compreender o porquê Maestri utilizou o termo *Pedagogia do Medo* em seu estudo, para expressar o comportamento dos escravizados com relação às práticas desumanas que eram utilizadas para “educá-los”. Mas para isso, se faz necessário pesquisar a temática da escravidão no Brasil, buscando identificar e avaliar com era essa dinâmica de instruções.

O presente estudo é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que serão analisados alguns artigos científicos e livros referentes à esta temática, e ainda se configura como uma pesquisa qualitativa, pois tem a pretensão de tentar entender a relação existente entre os termos associados por Maestri (2004), no texto em questão, ao processo de escravidão no Brasil, e a concepção de educação e opressão nas definições utilizadas pelo teórico Freire (2005) em seu livro.

A realização desse estudo é decorrente das discussões realizadas sobre as ideias pedagógicas do período colonial, na disciplina de Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Na respectiva disciplina o texto de Maestri gerou questionamentos que buscavam compreender o porquê dos termos abordados e se haveria alguma relação com as concepções trazidas por Freire (2005). No entanto, O esclarecimento dessa relação demandou aprofundamento no conhecimento produzido sobre a escravidão no Brasil.



Para isso, a pesquisa foi dividida em partes para uma melhor apreensão. No primeiro momento, apresenta um breve histórico sobre a escravidão no Brasil, na tentativa de demonstrar alguns aspectos relevantes desse acontecimento histórico considerado um genocídio para humanidade, para assim compreender como eram realizadas as instruções dos feitores para com os escravos. Em seguida, realizou-se um estudo sobre os termos utilizados no texto do Maestri (2004), na tentativa de identificar sob qual sentido o autor usou os termos *Pedagogia do Medo* e *Pedagogia da escravidão* analisando a relação com a escravidão no Brasil. E por fim, será realizada uma comparação entre aspectos do livro de Maestri (2004) e aspectos do livro de Freire (2005), fazendo uma análise sobre alguns fatos relevantes em seu texto, na tentativa de identificar a relação entre os estudos realizados por eles.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL (SÉCULOS XVI-XIX)

A escravidão no Brasil ocorreu no período dos séculos XVI a XIX, conforme registros históricos e estudos científicos sobre a temática (GOMES, 2007; MAESTRI, 2004; SAVIANI, 2007). Considerada um negócio rentável à época, o Brasil foi um dos maiores importadores do continente, pois estima-se o número de 3,6 milhões a 4 milhões de escravos, através do tráfico de negros nos navios trazidos da costa Africana. Esse número provavelmente teve um aumento com a chegada da corte, bem como com as negociações realizadas nas colônias (GOMES, 2007).

Inicialmente a intenção em trazer escravos para o Brasil era suprir a necessidade de mão de obra barata e escravizada para os engenhos de cana de açúcar e na lavoura de algodão, e posteriormente, no serviço escravo nas minas de ouro e diamantes, bem como o uso de sua força produtiva para o café, tabaco e outras economias em ascensão na colônia brasileira (GOMES, 2007). Percebe-se, portanto, que ao negro escravizado era oferecida apenas a oportunidade de trabalho, sendo a sua força produtiva umas das principais fontes de renda dos grandes proprietários.

O cativo, denominação dada ao negro africano trazido para o Brasil, era considerado uma “mercadoria”, pois desde o seu embarque no litoral africano até o seu desembarque, compra e venda na colônia brasileira, através dos traficantes de escravos os chamados “agenciadores”, era tido como objeto lucrativo por seu proprietário, ou



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

seja, “[...] um patrimônio contabilizável, um ativo a ser explorado ao máximo em busca de retorno” (GOMES, 2007). Importante ressaltar que a sua identidade não possuía valor algum, posto que o escravo já era tratado como objeto desde o seu embarque no litoral africano, como uma carga qualquer a bordo do navio; o que, infelizmente, permitiu o não reconhecimento do negro africano como um ser humano.

Durante todo o trajeto dos escravos nos navios negreiros, os mesmos eram tratados como animais e nas piores condições possíveis. Estudiosos da área retratam que os mesmos viajavam em condições sub-humanas, com pouca alimentação, inclusive água, essencial para sua hidratação. Amontoados uns com os outros sem que houvesse nenhuma preocupação com a higiene e muito menos com a saúde deles. Aqueles que não resistiam à longa viagem nos navios, eram jogados em alto mar, e os que conseguiam chegar ao Brasil ficavam de quarentena para serem tratados das doenças adquiridas, e alimentados para restabelecer a saúde. Gomes relata que os escravos

[...] morriam na travessia do Atlântico, devido às péssimas condições sanitárias, nos porões dos navios negreiros. As perdas eram maiores nas cargas que vinham de Moçambique e outras regiões da África oriental. Da costa Atlântica, uma viagem até o Brasil durava entre 33 e 43 dias. [...] Em resumo, de cada cem negros capturados na África, só 45 chegavam ao destino final. Significa que, de dez milhões de escravos vendidos nas Américas, quase outro tanto teria morrido no percurso, num dos maiores genocídios da história da humanidade. (GOMES, 2007, p. 212-213).

A compra de escravos era algo rentável também para os padres jesuítas, uma vez que a urgência nesta época em criar condições materiais para manutenção dos colégios jesuítas, implicava além de atividades na agricultura e criação de gado, também a aquisição e manutenção de escravos (SAVIANI, 2007). Isso resultava no processo de aculturação intensivo dos cativos, sofrendo influência nas tradições e costumes na colônia brasileira.

Vale salientar que mesmo com alguns sacerdotes refutando a escravização dos índios, existiam aqueles que eram proprietários de escravos vindos da África, atitude contraditória e incoerente entre os religiosos. À época, conforme explicam Del Priori e Venâncio (2010, n.p.) “Quem plantava, colhia, botava a cana para moer, acondicionava e transportava o açúcar até o mar? O escravo: de início o indígena e depois o africano”. Tudo isso só foi possível, porque tanto os proprietários de terras quanto os sacerdotes



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

queriam ampliar o seu quadro econômico com o objetivo de concentrar um poder maior sobre as ações da economia nas colônias brasileiras.

O ideal então era ampliar os bens produtivos com uma concentração maior de escravos. Além disso, seus proprietários precisavam acumular bens e produtos; surge então a atividade de aluguel de escravos que ofereciam seus serviços, e assim proporcionava um ganho extra aos seus senhores (GOMES, 2007; DEL PRIORI; VENÂNCIO, 2010). Esta prática se tornou tão comum para aqueles que excediam a quantidade de cativos, que alugar o serviço do seu escravo garantia uma forma de viver na ociosidade, gerando assim uma outra forma de escravidão para os cativos. Ou seja,

[...] aqueles escravos que, após fazer o trabalho na casa de seus donos regulares, iam para as ruas em busca de atividade suplementar. Vendiam seu trabalho de forma avulsa, a diversos clientes, oferecendo serviços que poderiam durar um dia ou mesmo algumas horas. Era um sistema tão popular que existiam até casas de comércio especializadas no aluguel de escravos. Os escravos de ganho faziam de tudo: iam às compras, buscavam água, removiam o lixo, levavam e traziam recados e serviam de acompanhantes para algumas mulheres quando iam à igreja [...]. (GOMES, 2007, p. 217)

Em contrapartida, a esta “liberdade” proporcionada aos escravos que ofereciam o serviço de maneira avulsa e viviam na área urbana das colônias, existia aqueles que realizavam o serviço nas casas dos senhores nas áreas rurais, o que era bem mais penoso pois exigia grande esforço do cativo. Não podiam ter descanso, visto que trabalhavam sob constante vigilância dos feitores, capatazes que recebiam determinações dos senhores. Qualquer transgressão às normas impostas por seu proprietário, resultava em punições sendo submetidos a castigos físicos cruéis (GOMES, 2007; MAESTRI, 2004).

A submissão do cativo aos castigos impostos por seus escravizadores era desmedida, pois as punições eram tidas como forma de “educá-los”, e assim torná-los uma “mercadoria” de alto valor. Marcação com ferro quente na pele, transporte dos cativos atados pelo pescoço com o libambo¹, chibatadas e/ou açoites constantes eram formas dos castigos utilizados para impor obediência ao seu dono. Isso servia para não haver transgressão das normas impostas, na tentativa de evitar revoltas e resistências dos escravos, uma vez que existia uma legislação colonial e imperial que “[...] dedicou-

¹ Argola de ferro presa ao pescoço que servia para transportar os escravos, sobre mais informações ver - GOMES, 2007; MAESTRI, 2004; DEL PRIORI; VENÂNCIO, 2010.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

se habitualmente à normalização do comportamento dos trabalhadores escravizados e do controle dos escravizadores sobre seus cativos [...]”. (MAESTRI, 2004, p. 193).

Ainda assim, haviam escravos que conseguiam transpor essas regras e apresentar resistências, criando motins onde viviam, nas senzalas das casas grandes, sendo subordinados às punições físicas constantes. Outros tinham mais sucesso quando escapavam dos olhos dos feitores, pois fugiam e se uniam a outros escravos nos quilombos. Del Priori e Venâncio (2010, n.p.) definem estes locais como “[...] comunidades originalmente constituídas por negros fugidos, instaladas, hoje, nas áreas onde houve luta e resistência contra a escravidão”. Assim, a busca pela liberdade estimulava os cativos a fugirem para estes locais que serviam de refúgio e apoio.

Os escravos recebiam a sua alforria, mediante vários tipos de negociações financeiras, ou até mesmo com o oferecimento de seus serviços prestados. Essa “liberdade” era um desejo permanente dos cativos na época, uma vez que poderia ser negociada de diversas formas, entre elas:

[...] mediante o pagamento de uma quantia previamente negociada – geralmente igual ao valor que o seu dono tinha pago por ele. Esse dinheiro poderia ter sido acumulado pelo próprio escravo, em trabalhos avulsos para outras pessoas ou obtido mediante ajuda de familiares ou mesmo uma irmandade. A liberdade também podia ser concedida pela benevolência do dono do escravo. Havia alforrias com prazo determinado. Por exemplo: o escravo deveria permanecer cativo e prestar serviços até a morte do senhor. Depois disso, estava livre. Essas condições às vezes eram registradas em testamento. Uma terceira maneira era pela intervenção do governo, em casos de abandono, doença ou maus-tratos. (GOMES, 2007, p. 223).

Destarte, na iminência da liberdade dos escravos diante das alforrias regulares, vários acontecimentos históricos ocorreram neste período, entre eles: a luta e resistência dos escravos nas formações dos quilombos, a coação dos ingleses com o advento e expansão da Revolução Industrial na época, os movimentos políticos e sociais de brasileiros interessados no fim da escravidão, perpassando ainda pelo problema da continuidade e aumento do volume do tráfico de negros escravizados através dos navios negreiros, tudo isso contribuiu consideravelmente para a abolição dos escravos. Eis que no final do século XIX os escravos recebem a sua liberdade através da Lei Áurea – que



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

determina a abolição² da escravatura no Brasil, depois de muita luta. Mas, antes disso acontecer, ocorreram fatos importantes em prol da abolição dos escravos,

[...] em 28 de setembro de 1871 [...] foi aprovada a Lei do Ventre Livre. A lei declarava livres os filhos de escravos nascidos a partir da data de sua aprovação [...]. Em 28 de setembro de 1885 foi promulgada outra Lei emancipacionista: a Lei dos Sexagenários, também chamada de Saraiva-Cotegipe, assim designada por libertar os escravos com idade igual ou superior a 60 anos ficando, porém, obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos. (BRUSANTIN; BARBOSA; CAMPOS, 2010, p. 47-48)

Diante do exposto, constata-se que durante aproximadamente três séculos, foi negada a vida de seres humanos, indivíduos com sua trajetória e cultura peculiar, desde sua captura no litoral africano, passando pela comercialização no Brasil e pela experiência do trabalho dentro de um sistema escravista. Tais vivências marcantes deixaram uma herança negativa para os afrodescendentes. São histórias de vida demarcadas por ações de submissão, coerção, humilhação e violência física através das punições constantes que eram normas estipuladas pela legislação colonial e imperial do período, executadas no processo de escravidão do negro africano.

Nestes termos, podemos concluir que tanto a punição pela transgressão nas regras a que eram submetidos, quanto a instrução para aprender as atividades inerentes ao trabalho forçado, eram ações sempre executadas com violência física e verbal. Portanto, isso nos leva a inferir que as ações “educativas” eram baseadas na opressão e visavam impor um comportamento de amedrontamento, e assim evitar resistência por parte dos escravos.

PEDAGOGIA DA ESCRAVIDÃO, PEDAGOGIA DO MEDO: O QUE ESTES TERMOS TÊM EM COMUM COM A ESCRAVIDÃO NO BRASIL?

Afinal, qual seria a relação entre escravidão e pedagogia? O que Maestri (2004) quis dizer com a expressão *Pedagogia do medo* em seu estudo? Por que ele usou a palavra Pedagogia? Estes questionamentos surgiram ao ler o texto e verificar que o autor, ao abordar o período da escravidão, explanou um histórico que perpassa todo o

² Abolição da escravatura no Brasil foi promulgada através da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio 1888, para mais informações ver – BRUSANTIN et al. (2010).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

percurso da escravidão no Brasil e as práticas desumanas utilizadas para ensinar aos escravos as atividades que deveriam executar.

Mas, para tentar compreender melhor a associação entre as palavras pedagogia, medo e escravidão realizada pelo Maestri (2004) em seu texto sob o título *A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira*, buscamos pesquisar seus significados e tentar desvendar e/ou explicitar o estudo realizado pelo autor.

Para isso, é necessário inicialmente definir a palavra Pedagogia, uma vez que essa ação irá permitir entender os termos *Pedagogia do medo*, *Pedagogia da escravidão* e *Pedagogia servil*. Sendo assim, buscamos entender o sentido desta palavra a partir da interpretação de Libâneo, um dos teóricos que realiza estudos relevantes na temática área da educação. Libâneo (2001, p. 6) define a palavra Pedagogia como “[...] um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa.” Assim, trata-se de um conceito amplo que envolve processos educativos, métodos e formas de ensinar respeitando um contexto histórico, através de normas que subsidiam as práticas educativas.

Se a pedagogia deve apresentar um campo vasto de conhecimentos, abrangendo todo um contexto histórico e cultural, para assim efetivar um processo educativo que fomente a transformação do sujeito, é oportuno compreender que todo ato de ensinar deve seguir uma direção que oriente a melhor maneira de desenvolver atividades de modo a facilitar e/ou estimular a aprendizagem plena daquele que aprende.

Porém, a forma como os escravos eram ensinados não condiz com esta concepção, uma vez que os ensinamentos eram totalmente realizados sob ameaça de castigos físicos. As instruções eram repassadas para eles da pior maneira possível, o que gerava no cativo a revolta sobre a dominação permanente do escravizador. Desta forma, os escravos eram sujeitos a uma “[...] maior submissão, para um máximo de trabalho, com o mínimo de gasto e esforço [...]” (MAESTRI, 2004, p. 192). Esta era a prática utilizada pelos escravizadores por quase três séculos de dominação sobre os cativos.

Diante disto, Maestri (2004, p. 192) define o termo *Pedagogia da escravidão* como “[...] práticas empreendidas direta e indiretamente pelos escravizadores para enquadrar, condicionar e preparar o cativo à vida sob a escravidão”. Definição esta, que



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

se apresenta totalmente incoerente com a verdadeira forma de praticar o ato educativo. Ou seja, o autor foi bastante crítico e quis demonstrar para o mundo quando fez uso deste termo, quão cruel foi este acontecimento histórico, em que existia sim, o ato de ensinar, porém representava amaneira mais perversa de como ocorria o processo de aprendizagem de um sujeito.

Contudo, assim era o modo como os cativos recebiam as instruções sobre as atividades que deveriam realizar. Porém, com esta afirmação há de se questionar: como alguém que foi capturado no seu país de origem, e que viaja sob condições sub-humanas, sendo tratado como objeto no percurso e ao chegar no seu destino é tratado como “mercadoria”, vai conseguir ter liberdade de escolher o que deseja aprender, se a própria legislação colonial e imperial na época, estabelecia normas para o mesmo ser reprimido e não gerar revolta nem resistência para com as ordens de seu proprietário?

De fato, o sistema escravista da época não favorecia para que o cativo tivesse a liberdade de escolher o que desejava aprender, ou melhor, a forma como gostaria de viver. Então, alguns cativos respondiam às ações desumanas a que eram submetidos e que era definida como atos de instruções fugindo, demonstrando revolta, apresentando resistência, etc. Isso promovia, mesmo que momentaneamente, a liberdade tão desejada por eles. Contudo, essa ação era a reflexão sobre a opressão que sofriam constantemente.

A ação opressiva dos escravizadores tinha como objetivo principal gerar medo para que os cativos não os confrontassem e apenas obedecessem sem ao menos questionar as condições que lhes eram impostas. Assim, Maestri (2004) tenta explanar de maneira brilhante e ao mesmo tempo crítica, a realidade apresentada neste período escravista.

Ensinar ao outro com medidas opressoras, expondo à violência física, oprimindo e empregando o medo nos cativos, era o jeito que os escravizadores operavam para instruir àqueles considerados como objeto. A opressão reforçava a condição de fragilidade do escravo e o induzia a respeitar as normas e hierarquias sociais do sistema escravista da época. Podemos inferir, portanto, que as reações dos cativos diante das ações opressoras a que eram submetidos eram baseadas na insegurança e principalmente no sentimento de medo. Esta dinâmica explica porque o autor usou a expressão *Pedagogia do medo* para desenvolver sua abordagem da escravidão no Brasil.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NA RELAÇÃO ENTRE PEDAGOGIA DA ESCRAVIDÃO E PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

Freire é considerado um grande educador e filósofo da educação do século XX. Ao escrever o livro *Pedagogia do Oprimido*, obra publicada originalmente em 1974 no Brasil, tinha o objetivo de mostrar para a humanidade que a luta por uma educação ética e transformadora deve ter como base a libertação e a tomada de consciência dos povos marcados pela histórica por opressão, dominação e dependência. Portanto, a ideia central do livro é efetivar uma educação onde o sujeito seja construtor da sua própria história, valorizando o seu contexto social e colocando o sujeito como referência na apropriação de novos conhecimentos.

A opressão é uma estratégia utilizada pelos dominadores, como forma de causar dependência, insegurança e até mesmo o medo no oprimido, fazendo com que o mesmo se sinta como um ser humano incapaz e não seja permitida nenhuma possibilidade de desenvolver a criticidade e a conscientização da sua situação social. A opressão se faz por meio de ações constantes que estão arraigadas muito antes do sistema escravista, e que devido a este acontecimento histórico bárbaro, infelizmente se fez reviver e deixar heranças negativas nas ações educativas dos processos de ensino-aprendizagem, mas que não devemos aceitar como uma condição comum imposta e histórica, uma vez que

A desumanização, que não se verifica, apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos*. (FREIRE, 2005, p. 32).

Com isso, percebe-se que Freire (2005) tem a preocupação em não deixar que esta distorção sobre os atos desumanos se faça presente e comum na vida dos homens, ou seja, eliminando e fazendo com que não se torne algo permanente no processo educativo. Em contrapartida, percebe-se esta preocupação também no texto do Maestri (2004, p. 207) quando ele expressa a lógica opressora executada para com os cativos no



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

aprendizado das funções, relatando que na “[...] escravidão imperou incontestemente a visão do castigo físico como recurso pedagógico imprescindível ao aprendizado e à manutenção da qualidade do ato produtivo.”

Vale salientar que os castigos físicos eram utilizados tanto nas instruções quanto para as punições que os cativos eram subordinados. Isso é evidente nas afirmações do texto de Maestri, que expressa em vários momentos as incoerências diante das regras que os cativos deveriam obedecer, que vai desde castigos físicos nas instruções e punições, perpassando pela sua total dependência e propriedade diante de seu dono expressa na legislação vigente no sistema escravista, bem como a inexistência de um sistema educativo para os cativos, pois

A necessidade de justificar a dura exploração do produtor determinava a visão do escravizado pelo escravizador. O proprietário via o africano como ser primário, incapaz de compreender, apreender e comportar-se como homem civil. Um ente que necessitava ser feitorizado permanentemente sob a ameaça do castigo. (MAESTRI, 2004, p. 197).

A racionalidade dos dominantes neste período não tinha outra intenção a não ser prever privilégios para o acúmulo de riquezas através da compra, venda e aluguel dos cativos, usufruindo de sua força e de seus serviços para este fim. Isto nos sugere uma reflexão acerca da revolta e resistência que existia por parte de alguns cativos, uma vez que eles não tinham voz para expressar o que sentiam, o que desejavam. Cabe ressaltar que “[...] os escravizadores que racionalizavam a resistência do escravizado à opressão escravista como tendência à barbárie e a negativa do trabalho feitorizado, como preguiça” (MAESTRI, 2004, p. 197).

Desta forma, sabendo que Freire defende a dialogicidade no processo de aprendizagem do ser humano, e sabendo que os cativos eram abrigados de maneira que não permitia o diálogo entre eles, pois não existia uma preocupação em ensinar os negros africanos a língua portuguesa. O mínimo que era permitido, era os cativos mais antigos que falavam a mesma língua dos recém-chegados explicar quais eram as regras e as tarefas da fazenda. De acordo com Maestri (2004) muitos dos escravos morriam mesmo antes de ter a oportunidade de manter uma interlocução entre os demais, para assim possibilitar de alguma maneira o desenvolvimento da oralidade, bem como da tomada de consciência, através do diálogo.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

A postura dos feitores e/ou proprietários diante dos cativos era de total superioridade e opressão, eximindo qualquer expectativa para o diálogo com os cativos e/ou reprimindo-o entre eles. O que apenas vem afirmar o pensamento de Freire (2005, p. 93) no seguinte questionamento: “[...] como posso dialogar, se me sinto [...] dono da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”?”

Esta reflexão se mostra pertinente e significativa quanto a negação da comunicação entre os cativos, o que nos faz entender que sem ela os cativos não tiveram a oportunidade de expor as suas ideias, a sua criatividade, a sua imaginação, pois na maioria das vezes tudo isso foi contido de modo repressivo e violento. Se fosse permitida a comunicação verbal entre eles, principalmente para os recém-chegados da costa africana, talvez a história tivesse tomado outro rumo. Contudo sabemos que

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática. (FREIRE, 2005, p. 59).

Outro fator relevante deste sistema escravista que podemos fazer relação com o pensamento de Freire sobre a educação, e que é apontado de forma excepcional por Maestri, é que nas instruções e punições oferecidas, de modo sempre opressivo para os cativos, podemos identificar e associar as instruções com a concepção freiriana de educação bancária. Ou seja, a educação dos cativos era repassada na maioria das vezes pelos cativos antigos ou em alguns casos pelos feitores, o que nos leva a pensar que se não fosse por imitação, já que em algumas situações não falavam a mesma língua, eles não conseguiriam aprender. Pois os cativos eram considerados incapazes de apreender e isso não permitia questionamentos nem reflexões, e sim apenas obediência, sob ameaças constantes. Portanto,

A ideologia escravista superava a visão do africano ou do afro-descendente intelectualmente minorado através da proposta de que ele aprendia sobretudo através da imitação, para a qual teria singular gosto e vocação. A literatura ficcional em prosa da época ridicularizava habitualmente o cativo que *imitava* comportamentos senhoriais que segundo ela não compreenderia. (MAESTRI, 2004, p. 203).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Nestes termos, as instruções que eram atribuídas aos cativos para efetuarem as suas funções, como forma de obediência e/ou sobrevivência às regras impostas pelo sistema escravista e aos serviços de aluguel que ofereciam na área urbana da colônia, possibilitando a interpretação de tais práticas como educação bancária. Freire destaca que este tipo de educação não promove a libertação, emancipação, transformação do sujeito, em razão de que

Na visão “bancária” da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 2005, p. 67).

Devido à forma como os cativos eram manipulados, desqualificando a sua identidade cultural e histórica, através de ações opressivas, considerando apenas as ordens que deveriam ser obedecidas de maneira mecanizadas, sem qualquer interferência do cativo perante os que podem ser denominados como os seus verdadeiros opressores. Entretanto, não havia possibilidade alguma de o cativo ser o protagonista desta “pedagogia” nomeada pelo Maestri. A única possibilidade para isso ser possível, seria o cativo se revoltar, mostrar resistência e lutar pela liberdade com toda sua alma. Assim, haveria, no ato da fuga e nas revoltas, mesmo que por curtíssimo período ou momentaneamente, a oportunidade do cativo ser o protagonista de seu projeto de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão no Brasil deixou marcas negativas na humanidade, a iniciar pela exploração do trabalho escravo devido ao sistema escravista vigente no período. Foram três séculos tratando o negro africano e seus descendentes como objeto, sem identidade, e muito menos dignidade para viver em sociedade. Ou seja, uma vida comprada e vendida e sem nenhuma autonomia. Uma vida roubada sob constante vigilância e punições bárbaras.

As consequências disso tudo? A principal é o não reconhecimento do negro cativo como um ser humano de fato, uma vez que tudo que lhe era oferecido, era por meio de ações opressoras que impunham insegurança e medo, para livrar os seus donos de ameaças. Um sistema escravista que tinha sua própria lógica, negando qualquer



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

favorecimento à liberdade do cativo, que era visto como “mercadoria” valiosa e que poderia promover o acúmulo de riquezas daqueles que o exploravam.

A referência a este período como *Pedagogia do medo* e *Pedagogia da escravidão* foi denominada de modo coerente, ou melhor, muito apropriada pelo autor, pois expõe as atrocidades sofridas por um povo que não tinha apoio algum para resistir, e quando isso era possível, a perseguição se tornava implacável ao cativo. Com isso, não tinha o direito de viver em comunidades, os chamados quilombos, que consideravam o seu refúgio diante da violência física a que eram submetidos. Tinham que viver uma realidade cruel, uma vida repleta de práticas opressivas, aprendendo e/ou imitando as funções por meio de violência verbal e física.

A falta de diálogo, de expor o que pensava ou até mesmo para demonstrar o seu poder reflexivo, que na maioria só poderia ser exposto através das ações de revoltas e resistências, para exercitar a comunicação, a oralidade e consequentemente o seu intelecto, era evitada pelos seus feitores para não criar expectativa de revoltas/ameaças. As instruções para as funções que eles deveriam desempenhar eram realizadas sempre com a preocupação de que os cativos não transgredissem as regras impostas, e não como forma de uma “educação” que lhes permitisse refletir e ser o verdadeiro protagonista no processo de “aprendizagem”.

Portanto, é pertinente que o Maestri tenha denominado o período da escravidão como *Pedagogia do medo*, uma vez que possui uma relação direta com a forma de opressão a que os cativos eram subordinados, na aquisição das instruções dos feitores, sobre as atividades que eram obrigados a executar como meio de sobrevivência no período da escravidão.

Podemos concluir que existe uma relação entre algumas concepções trazidas no livro *Pedagogia do oprimido* e o texto *Pedagogia do medo*, uma vez que foi notório observar nas ações dos feitores, através das punições perversas e cruéis, que não há nenhum diálogo e nem tampouco qualquer participação do cativo no processo, e sim uma opressão constante sobre todas as suas ações. O que nos faz refletir que para o desenvolvimento pleno do sujeito, promovendo a sua autonomia, emancipação e transformação é necessário que lhe seja oferecida uma educação problematizadora para assim ser possível a sua tomada de consciência, como defende Freire em seu livro.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

REFERÊNCIAS

BRUSANTIN, B. M.; BARBOSA, V.; CAMPOS, E. André Rebouças, Joaquim Nabuco e a Abolição: algumas correspondências. In: IV Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco, 2010, Recife – PE. **Anais do IV Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco**, 2010. Disponível em: <http://www.unicap.br/colouquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.45.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

DEL PRIORI, M.; VENÂNCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010, p. x. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Renato-Venancio-Uma-Breve-Historia-do-Brasil.pdf>. Acesso em: 17 de jan. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, L. Escravidão. In: GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p. 208-225.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 3-26. 2001. Editora da UFPR.

MAESTRI, M. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **História e memórias da educação no Brasil**. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 192-210.

SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. In: SAVIANI, D. **As idéias pedagógicas no Brasil entre 1549 e 1759: monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.